



Simulado Final  
**MP MG**

Analista do Ministério Público  
Administração Pública  
Pós-Edital

# Gabarito

Simulado Final MP MG – Analista do Ministério Público –  
Administração Pública – Pós-Edital

<b>01</b>	B	<b>11</b>	D	<b>21</b>	D	<b>31</b>	A	<b>41</b>	D
<b>02</b>	C	<b>12</b>	D	<b>22</b>	D	<b>32</b>	D	<b>42</b>	C
<b>03</b>	B	<b>13</b>	B	<b>23</b>	D	<b>33</b>	D	<b>43</b>	D
<b>04</b>	D	<b>14</b>	D	<b>24</b>	B	<b>34</b>	B	<b>44</b>	B
<b>05</b>	A	<b>15</b>	C	<b>25</b>	C	<b>35</b>	D	<b>45</b>	C
<b>06</b>	C	<b>16</b>	A	<b>26</b>	C	<b>36</b>	B	<b>46</b>	C
<b>07</b>	A	<b>17</b>	D	<b>27</b>	B	<b>37</b>	D	<b>47</b>	D
<b>08</b>	B	<b>18</b>	C	<b>28</b>	B	<b>38</b>	A	<b>48</b>	A
<b>09</b>	C	<b>19</b>	B	<b>29</b>	D	<b>39</b>	D	<b>49</b>	A
<b>10</b>	A	<b>20</b>	D	<b>30</b>	C	<b>40</b>	D	<b>50</b>	C

## RANKING

*Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.*

<https://bit.ly/Ranking-MPMG-Analista-Administracao-Publica-07-01-23>

---

**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO I**

O relatório de uma comissão independente que investigou a conduta de integrantes da Igreja Católica na França desde a década de 1950 revelou que ao menos 216 mil crianças foram vítimas de abusos sexuais de membros do clero nos últimos 70 anos. O relatório, divulgado nesta terça-feira após dois anos e meio de investigações, aponta que o número de vítimas pode ultrapassar os 300 mil se forem consideradas agressões cometidas por colaboradores da Igreja sem cargos eclesiásticos.

O documento de 2.500 páginas foi entregue nesta terça-feira pelo presidente da comissão, Jean-Marc Sauvé, ao chefe da Conferência dos Bispos da França (CEF, na sigla em francês), Eric de Moulins-Beaufort. De acordo com as descobertas, a Igreja mostrou, "por anos, indiferença profunda, total e até cruel", protegendo-se ao invés de ajudar as vítimas, em sua maioria meninos entre 10 e 13 anos.

— As consequências são muito graves. Cerca de 60% dos homens e mulheres abusados sexualmente encontram grandes problemas em sua vida sentimental ou sexual — afirmou Sauvé em entrevista coletiva.

O número total de menores abusados pode chegar a 330 mil, constatou o relatório, se consideradas também vítimas de pessoas na esfera da Igreja, mas que não compõem seu corpo eclesiástico, como catequistas, professores de escolas religiosas e supervisores de movimentos jovens.

Estima-se que o total de abusadores fique entre 2,9 mil e 3,2 mil — dois terços deles, padres. Entre as vítimas, 80% eram meninos. Na maioria dos casos, os atos estão prescritos e os autores dos abusos já morreram, mas o relatório aponta 22 supostos crimes que ainda podem ser investigados. Todos foram encaminhados ao Ministério Público. Outros 40 casos muito antigos para serem processados, mas que envolvem pessoas que ainda estão vivas, foram encaminhados aos dirigentes da Igreja.

— Às vezes, as autoridades da Igreja não denunciavam (abusos sexuais) e até mesmo expunham as crianças a riscos ao colocá-las em contato com os abusadores. Nós consideramos que a Igreja tem uma dívida para com as vítimas — ressaltou o presidente da comissão, afirmando

que os pesquisadores só constataram uma mudança de atitude nos últimos cinco anos.

(O Globo e agências internacionais. Adaptado)

**01.** É possível afirmar, a partir da leitura do texto, que:

- a) Quando tratada, a vítima de abuso pode levar uma vida normal.
- b) Meninos adolescentes e pré-adolescentes eram as principais vítimas.
- c) O relatório foi elaborado por integrantes do baixo clero.
- d) A Igreja sempre se mostrou disposta a apurar os casos de abuso.

**Gabarito: B**

**Comentário:**

Letra A - Incorreta. O texto não diz nada a respeito da possibilidade de tratamento das vítimas de abuso, apenas alerta sobre as graves consequências do abuso. Aqui, ocorre extrapolação.

Letra B - Correta. A partir do segundo parágrafo, podemos inferir essa informação: "protegendo-se ao invés de ajudar as vítimas, em sua maioria meninos entre 10 e 13 anos".

Letra C - Incorreta. O texto fala em comissão independente, ou seja, não ligada à Igreja: "O relatório de uma comissão independente..." (1º parágrafo).

Letra D - Incorreta. O texto afirma o contrário no último parágrafo: "Às vezes, as autoridades da Igreja não denunciavam (abusos sexuais) e até mesmo expunham as crianças a riscos ao colocá-las em contato com os abusadores".

**02.** Podemos afirmar que, nesse trecho, predomina a tipologia textual:

- a) argumentativa
- b) descritiva
- c) expositiva

d) narrativa

**Gabarito: C**

**Comentário:**

O texto discorre sobre a temática do abuso praticado por membros da Igreja, apresentando dados, mas sem defender um ponto de vista. Logo, trata-se de um texto dissertativo-expositivo.

**03.** O vocábulo destacado em "Estima-se que o total de abusadores fique entre 2,9 mil e 3,2 mil" exerce a mesma função em:

- a) Trata-se de casos que devem ser investigados.
- b) Divulgou-se o número de vítimas.
- c) Lembre-se de que todos são iguais perante a lei.
- d) Feriu-se com instrumentos comprados recentemente.

**Gabarito: B**

**Comentário:**

Em "Estima-se...", o vocábulo SE está ligado a um verbo transitivo direto, exercendo a função de partícula apassivadora (*ISSO é estimado*).

Letra A - Incorreta. Índice de indeterminação do sujeito (VTI + SE)

Letra B - Correta. Partícula apassivadora (VTD + SE)

Letra C - Incorreta. Parte integrante do verbo (lembrar-se = verbo pronominal)

Letra D - Incorreta. Pronome reflexivo (o sujeito pratica e sofre a ação expressa pelo verbo)

**04.** Houve falha quanto à concordância na alternativa:

- a) Ana e sua amiga se encontravam todos os dias.
- b) Construíram-se muros enormes para proteção e isolamento.
- c) Faz três anos que não nos vemos.
- d) Devem haver muitos motivos para ele não ir ao evento.

**Gabarito: D**

**Comentário:**

A única alternativa em que a concordância não foi feita corretamente é a alternativa D: haver (= existir) é impessoal, portanto permanece no singular. O verbo auxiliar "devem" deveria estar no singular, pois verbos auxiliares de verbos impessoais também assumem essa propriedade gramatical da impessoalidade. O correto seria "deve haver".

**05.** As vírgulas que separam o segmento "constatou o relatório" (4º parágrafo):

- a) Podem ser substituídas pelo duplo travessão.
- b) Promovem o emprego de uma linguagem erudita.
- c) Foram empregadas em função de destacar o número de vítimas.
- d) Estão empregadas incorretamente.

**Gabarito: A**

**Comentário:**

As vírgulas podem ser substituídas, sem qualquer prejuízo gramatical por duplo travessão, pois o trecho é uma informação adicional intercalada.

B - Incorreta. Erudito faz referência a algo culto, intelectualizado. O simples uso da vírgula não é capaz de promover erudição.

C - Incorreta. O emprego da vírgula foi para isolar uma oração intercalada.

D - Incorreta. As vírgulas foram empregadas corretamente.

**06.** A forma verbal "denunciavam" em "Às vezes, as autoridades da Igreja não denunciavam (abusos sexuais)" indica um aspecto durativo, de uma ação habitual, como ocorre com a forma verbal destacada em:

- A) Aprovaram os projetos que estavam parados.
- B) O anúncio seria feito na manhã da posse.
- C) A partir da próxima semana, os filmes estreiam nos cinemas às quintas-feiras.

D) Quando eles voltarem, estaremos aqui esperando.

**Gabarito: C**

**Comentário:**

O pretérito imperfeito “denunciavam” indica uma ação durativa no passado.

A - Incorreta. O pretérito perfeito indica uma ação pontual concluída.

B - Incorreta. O futuro do pretérito indica uma ação não concluída, hipotética.

C - Correta. O presente, nesse contexto, indica uma ação durativa (a partir de determinada data, os filmes sempre estrearão às quintas).

D - Incorreta. O futuro do subjuntivo indica uma ação pontual hipotética.

**07.** Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas, segundo as normas ortográficas em vigor:

a) paralisção - exceção - obsessão

b) ansioso - estresse - perturbar

c) atualização - vexame - enchente

d) seção - opinião - entetido

**Gabarito: A**

**Comentário:**

Letra A – Todas as palavras foram grafadas corretamente.

Letra B – O correto é “ansioso”.

Letra C – O correto é “atualização”.

Letra D – O correto é “entretido”.

## TEXTO II - NOSSA LÍNGUA À BRASILEIRA

A ideia de uma língua nacional brasileira nasceu há quase 200 anos, com a Independência do país. Meio século depois, José de Alencar, partidário da causa, anotava no posfácio de “Iracema”: “A revolução é inevitável e fatal como a que transformou (...) o romano em francês, italiano etc.; há de ser longa e profunda,

como a imensidade dos mares que separa os dous mundos a que pertencemos”.

“Dous” virou “dois”, os mares devem estar um tantinho mais imensos com o aquecimento global — e a língua brasileira não vingou.

Não por falta de tentativa. A Constituição de 46 previa a indicação de professores, escritores e jornalistas para opinar sobre a denominação disto que falamos aqui. A resposta veio em menos de 30 dias: “A Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa”.

Já lá se vão três quartos de século e duas Constituições, e continuamos fingindo nos expressar no mesmo idioma de Lobo Antunes, Hugo Mãe e João Pereira Coutinho.

Tornamo-nos bilíngues numa língua só: o português escrito e o (brasileiro) falado. Este, possível matriz do nosso “idioma nacional”, liquidifica a segunda e a terceira pessoas (*tu sabe disso*), ignora o pronome oblíquo átono (*o que vai levar ele à extinção*), despreza o subjuntivo (as crianças *que talvez ainda podem ser salvas*) e relega as regências aos livros de História. Nessa (r)evolução, o pronome relativo “cujo” sumiu da linguagem oral. As formas combinadas dos pronomes átonos (mo, to, lho) saíram de linha com as capitânicas hereditárias. Ter-se-iam ouvido mesóclises pela última vez no governo Temer.

Várias correntes atuam contra o legado colonial linguístico — nem sempre com bons argumentos, nunca com as melhores intenções. Uma pugna pela “escrita inclusiva. É o que Nélide Piñon chamou de “projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe”. Outra aposta na obscuridade — e dá-lhe cotas epistêmicas com base na interseccionalidade, experiências afrodiaspóricas, configuração dos sistemas opressivos do capitalismo e do cisheteropatriarcado (seja isso lá o que for) — e, ainda por cima, escrito em desconformidade com o Acordo Ortográfico.

O preconceito linguístico apontado em plurais, concordâncias, prosódia e opressões afins é deixado de lado quando entra em cena o lero-lero do politicamente correto. Tem-se aí o melhor dos mundos para a perpetuação da exclusão e das desigualdades: alunos do ensino fundamental privados da sofisticação da linguagem (logo, também do pensamento) e uma suposta elite acadêmica progressista mesmerizada com o próprio dialeto, que oscila entre o hermetismo lacaniano e a *lumenização* pura e simples.



Isto aqui “é brasileiro, já passou de português”, diz o samba do Noel. Que seja um idioma mais doce e mais rico, beneficiário das heranças indígenas e africanas — não um português depauperado.

(Por Eduardo Affonso. O GLOBO. Adaptado)

**08.** Depreende-se da leitura do texto e de seu título que:

- a) O autor não concorda com o uso informal da língua.
- b) O português falado no Brasil se distanciou do português europeu.
- c) Os falantes de português no Brasil desconhecem a própria língua.
- d) O autor defende a preservação de uma "língua pura".

**Gabarito: B**

**Comentário:**

A - Não há nenhum pressuposto textual que nos permita inferir que o autor não está de acordo com o uso informal do português.

B - Correto. O título sugere que o português foi "moldado" ao estilo brasileiro. Além disso, no 6º parágrafo, o autor cita a influência colonial sobre o português brasileiro: "Várias correntes atuam contra o legado colonial linguístico — nem sempre com bons argumentos, nunca com as melhores intenções".

C - No texto, o autor não faz qualquer juízo de valor sobre os usos observados na língua falada, apenas afirma que falamos um português diferente daquele usado na escrita, o que não pode ser interpretado como falta de conhecimento.

D - É possível inferir do 8º parágrafo que o autor está aberto às influências que formaram o português brasileiro, defendendo a mistura colonial que resultou no português brasileiro: "Que seja um idioma mais doce e mais rico, beneficiário das heranças indígenas e africanas".

**09.** Em relação ao preconceito linguístico, pode-se afirmar que, de acordo com o texto,

- a) A elite acadêmica é disseminadora desse tipo de preconceito.
- b) O Acordo Ortográfico é uma ferramenta contra o preconceito.
- c) A ideia de "escrita inclusiva", na verdade, fomenta a segregação.
- d) O uso de uma linguagem "politicamente correta" contribui para a atenuação do preconceito.

**Gabarito: C**

**Comentário:**

A - Incorreta. Na verdade, o texto ressalta que esse grupo em nada contribui para a diminuição do preconceito.

B - Incorreta. O texto não nos permite afirmar que o Acordo Ortográfico é um instrumento de combate ao preconceito. O Acordo é apenas um instrumento de normatização.

C - Correta. A ideia de "escrita inclusiva" divide a sociedade entre aqueles que utilizam uma linguagem "politicamente correta" e aqueles que não o fazem. "É o que Nélida Piñon chamou de “projeto de manter uma legião de brasileiros como cidadãos de segunda classe” (6º parágrafo).

D - Incorreta. O texto afirma que o preconceito linguístico é "deixado de lado" pelo politicamente correto.

**10.** O termo destacado não foi classificado com correção em:

- a) "os mares devem estar um tantinho mais imensos" (2º parágrafo) - objeto direto
- b) "anotava no posfácio de "Iracema"..." (1º parágrafo) - adjunto adverbial
- c) "diz o samba do Noel" (8º parágrafo) - sujeito
- d) "o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa" (3º parágrafo) - adjunto adnominal

**Gabarito: A**

**Comentário:**

A única classificação incorreta é do trecho destacado em ""os mares devem estar um tantinho mais imensos". Trata-se, na verdade, de um **predicativo do sujeito**.

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL**

*Tiago Zanolla*

**11.** Marcia foi nomeada para ocupar cargo público efetivo no Estado. As opções a seguir apresentam requisitos básicos para a investidura. Assinale o requisito que não precisa ser preenchido por Marcia

- a) Estar em pleno gozo de seus direitos políticos.
- b) Estar quite com suas obrigações eleitorais.
- c) Ter idade mínima de 18 anos.
- d) Estar quite com suas obrigações militares.

**Gabarito: D****Comentário:**

Vamos recordar os requisitos:

*Art. 13 – Só poderá ser provido em cargo público quem satisfizer os seguintes requisitos:*

*I – ser brasileiro;*

*II – ter completado dezoito anos de idade;*

*III – haver cumprido as obrigações militares fixadas em lei;*

*IV – estar em gozo dos direitos políticos;*

*V – ter boa conduta;*

*VI – gozar de boa saúde, comprovada em inspeção médica;*

*VII – ter-se habilitado previamente em concurso, salvo quando se tratar de cargos isolados para os quais não haja essa exigência;*

*VIII – ter atendido às condições especiais, inclusive quanto à idade, prescrita no respectivo edital de concurso.*

Como o cumprimento das obrigações militares é exigível somente de candidatos homens, Márcia não precisa preenchê-lo.

**12.** A respeito do Ministério Público e de sua autonomia financeira, julgue os itens a seguir.

I O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

II Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues, em duodécimos, até o dia 20 (vinte) de cada mês, sem vinculação a nenhum tipo de despesa.

III Os recursos originários do Tesouro Estadual, serão recolhidos diretamente e vinculados aos fins da instituição, vedada outra destinação.

IV A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Estadual, mediante controle externo.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens II e IV estão certos.

**Gabarito: D****Comentário:**

**ITEM I – Errada.** O MP elabora com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias e não na LOA.

**ITEM II – Certa.** Vide Art. 3º, § 1º.

**ITEM III – Errada.** Os recursos próprios, não originários do Tesouro Estadual, serão recolhidos diretamente e vinculados aos fins da instituição, vedada outra destinação.

**ITEM IV – Certa.** Vide Art. 3º, § 3º.

**13.** Segundo a Lei Orgânica do MP-MG, o Corregedor-Geral do Ministério Público poderá ser destituído do cargo

- a) Ex-officio pelo Procurador-Geral de Justiça.
- b) Pelo Colégio de Procuradores, mediante voto de 2/3 de seus membros.
- c) Pelo Conselho Superior do Ministério Público, mediante voto de maioria absoluta de seus membros.
- d) Pela Assembleia Estadual, após autorização por 2/3 dos membros do Colégio de Procuradores.

**Gabarito: B**

**Comentário:** Segundo o Artigo 46, o Corregedor-Geral do Ministério Público poderá ser destituído do cargo pelo Colégio de Procuradores de Justiça, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, nos casos de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa, ou condenação por infração apenada com reclusão, em decisão judicial transitada em julgado.

**14.** Segundo a Lei Orgânica do MP-MG, é órgão de assessoramento do Procurador-Geral de Justiça:

- a) os Centros de Apoio Operacional.
- b) a Comissão de Concurso.
- c) o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.
- d) as Procuradorias-Gerais de Justiça Adjuntas.

**Gabarito: D**

**Comentário:** Os órgãos de Assessoramento do PGJ são:

*Art. 88 - São órgãos de assessoramento do Procurador-Geral de Justiça:*

- I - as **Procuradorias-Gerais de Justiça Adjuntas**;*
- II - o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;*
- III - a Secretaria-Geral;*
- IV - a Assessoria Especial.*

**15.** Ao membro do MP não é vedado:

- a) receber honorários, percentagens ou custas processuais;
- b) exercer a advocacia.
- c) exercer uma função pública de magistério.
- d) exercer atividade político-partidária.

**Gabarito: C**

**Comentário:** As vedações estão no artigo 111:

*Art. 111 - Ao membro do Ministério Público é vedado:*

- I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;*
- II - exercer a advocacia, inclusive a representação judicial e a consultoria jurídica a entidades públicas;*
- III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;*
- IV - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;*
- V - exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o afastamento para o exercício de cargo eletivo ou para a ele concorrer;*

Portanto, ao membro do MP não é vedado o exercício do magistério.

## ÉTICA

*Fabiano Pereira*

**16.** As normas deontológicas empregadas aos servidores públicos devem ser praticadas no exercício da sua função pública, integrando-se, ainda, à vida privada de cada servidor em particular. Portanto, pode-se concluir que as atitudes e condutas realizadas fora do expediente de trabalho em sua rotina pessoal diária

- a) Podem aumentar ou subtrair os bons conceitos na vida prática do servidor.
- b) Somente subtraem os bons conceitos na vida prática do servidor.
- c) Não interferem em nada os conceitos na vida prática do servidor.



d) Somente aumentam os bons conceitos na vida prática do servidor.

**Gabarito: A**

**Comentário:**

Podemos responder a questão a partir do entendimento do princípio da moralidade na Administração Pública e da leitura do inciso IV do decreto 1.171/1994.

O princípio da moralidade discorre sobre as condutas morais praticadas tanto internamente no órgão, como também nas situações externas ao órgão, isto é, nas relações privadas do servidor, a maneira como ele se comporta com a sociedade.

O princípio impõe que agentes públicos atuem com honestidade, boa-fé e lealdade, respeitando a ética e o bom relacionamento com os particulares.

O decreto 1.171/1994, inciso VI, nos elucida ainda mais sobre o conceito de moralidade na função pública:

*“A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.”*

Perceba que o princípio e o decreto se complementam, pois fica claro que as atitudes e condutas praticadas pelo servidor interferem positiva ou negativamente em sua vida profissional e particular, que é o que a alternativa A nos afirma.

**17.** A ética demanda condutas harmoniosas aos princípios administrativos, entretanto, existem comportamentos de servidores que ferem os valores do interesse público, afastando-se da missão e visão da organização. Assinale a alternativa a seguir na qual a atitude do servidor viola o interesse público.

a) Márcia chega ao seu posto de trabalho sempre vinte minutos antes do horário oficial de abertura para preparar o ambiente ao atendimento ao público.

b) Nicolas, policial de trânsito, não aceitou o suborno que o motorista lhe ofereceu em detrimento de uma colisão por estar bêbado.

c) Anderson trata todos do seu repartimento com respeito e boa-fé.

d) Antônio, fora do horário de expediente do trabalho, posta foto no Instagram vestido da camiseta do órgão administrativo e usando drogas ilícitas.

**Gabarito: D**

**Comentário:**

O comportamento de Antônio - ao consumir drogas ilícitas usando uniforme do órgão administrativo e divulgando fotos consumindo drogas ilícitas com o uniforme do órgão que atua - viola o princípio da moralidade.

A conduta demonstra total desapego em transparecer bons costumes, o que o princípio da moralidade preceitua na Administração Pública e fora dela, especialmente quando a imagem do agente estiver vinculada à repartição em que trabalha.

Esse tipo de conduta, sem sombra de dúvidas, viola o interesse público.

## GESTÃO PÚBLICA

*Stefan Fantini*

**18.** De acordo com o Banco Mundial, são princípios da boa governança, EXCETO:

a) responsabilidade

b) legitimidade

c) sigilo

d) equidade

**Gabarito: C**

**Comentário:**

De acordo com o Banco Mundial, são princípios da boa governança:

**-Transparência**

**-Equidade**

-Accountability

**-Responsabilidade****-Legitimidade**

-Eficiência

-Probidade

Portanto, a única assertiva que não trouxe um dos princípios foi a letra C.

19. A sociedade espera que a gestão pública seja eficiente, eficaz e efetiva. Nesse sentido, pode-se dizer que a utilização racional e otimização dos recursos disponíveis está relacionada à \_\_\_\_\_, ao passo que a \_\_\_\_\_ se relaciona ao alcance de resultados e objetivos. A \_\_\_\_\_, por fim, se relaciona aos impactos e benefícios causados pelas ações públicas.

As palavras que preenchem corretamente as lacunas, respectivamente, são:

- a) efetividade; eficácia; eficiência.
- b) eficiência; eficácia; efetividade.
- c) eficácia; eficiência; efetividade.
- d) eficiência; efetividade; eficácia.

**Gabarito: B****Comentário:**

Vamos relembrar esses três conceitos:

**-Eficiência:** Significa fazer bem alguma coisa. Ou seja, consiste em utilizar os **recursos disponíveis da melhor maneira possível**. Relaciona-se aos **meios** e aos custos envolvidos. É a medida de avaliação da utilização dos recursos.

**-Eficácia:** Significa fazer a coisa certa. Ou seja, consiste em **atingir os objetivos ou as metas traçadas**. Relaciona-se aos **fins**. É a medida de avaliação do alcance dos resultados.

**-Efetividade:** Está relacionado ao **impacto das ações**.

Consiste em alcançar os resultados pretendidos, de forma a alterar a realidade. Relaciona-se aos impactos (benefícios gerados) das ações desenvolvidas. É a medida de avaliação do impacto gerado.

Portanto, pode-se dizer que a utilização racional e otimização dos recursos disponíveis está relacionada à **eficiência** ao passo que a **eficácia** se relaciona ao alcance de resultados e objetivos. A **efetividade** por fim, se relaciona aos impactos e benefícios causados pelas ações públicas.

20. A capacidade de se colocar no lugar do outro para melhor atendê-lo, conhecê-lo e servi-lo é chamada de

- a) simpatia
- b) comportamento defensivo
- c) comportamento receptivo
- d) empatia

**Gabarito: D****Comentário:**

A assertiva trouxe o conceito de **empatia**.

A empatia é uma característica psicológica que consiste na capacidade de compreender o que as outras pessoas estão sentindo. Uma pessoa que possui empatia é capaz de “se imaginar e se colocar no lugar do outro” (é capaz de pensar ou agir da forma como a outra pessoa pensaria e agiria) com o objetivo de entender o que essa pessoa está sentindo para poder ajudá-la da melhor maneira possível.

Portanto, o gabarito é a letra D.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Fabiano Pereira*

**21.** Mateus é servidor público exercendo funções de fiscalização sanitária na cidade de Belo Horizonte. Após receber denúncia anônima, sua equipe realizou uma operação oficial no *Hipermercado KiBom*. Foi comprovado que o estabelecimento possuía vários produtos alimentícios voltados ao público infantil com a data de validade expirada nas prateleiras. Além disso, os produtos estavam misturados a outros com validade dentro do prazo para que o consumidor desatento não suspeitasse e, assim, adquirisse o alimento estragado. Diante dessa situação, Mateus determinou a imediata interdição do Hipermercado e consequente retirada dos produtos fora da validade.

Na situação descrita, a ação de interdição e a retirada dos produtos estão calcadas no poder administrativo denominado de:

- a) Poder hierárquico, tendo em vista que a administração exerce superioridade sobre o particular;
- b) Disciplinar, que autoriza a Administração a aplicar sanções aos particulares infratores de normas de saúde pública;
- c) Normativo, que permite aplicar sanções por motivos de desobediência a normas de saúde pública;
- d) Poder de polícia, que decorre da supremacia do interesse público sobre o privado.

**Gabarito: D**

**Comentário:**

a) Segundo Hely Lopes Meirelles, “*poder hierárquico é o de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal*”. No contexto do enunciado, não se pode afirmar qualquer hierarquia dos agentes da fiscalização sobre os particulares, pois não há vínculo jurídico entre as partes. **Assertiva incorreta**

b) O poder disciplinar deve ser entendido como a prerrogativa assegurada à Administração Pública de apurar infrações e aplicar penalidades a servidores e particulares submetidos ao regime disciplinar administrativo. Não há com fundamento no poder disciplinar, qualquer normatização sobre a utilização da propriedade privada. **Assertiva incorreta.**

c) O poder normativo autoriza os órgãos e entidades da Administração Pública a editarem atos normativos secundários, inferiores à lei, para a regulamentação de determinados setores da economia. Todavia, por se tratarem de atos administrativos, não podem inovar no ordenamento jurídico, muito menos violar regras que estão previstas expressamente no texto constitucional, a exemplo da inviolabilidade de domicílio. **Assertiva incorreta.**

d) A supremacia do interesse público pode ser traduzida como o conjunto de prerrogativas conferidas à Administração Pública e que a colocam em posição de superioridade diante de uma relação com particular, podendo o interesse público prevalecer sobre o privado, caso isso se faça em benefício coletivo. Diante disso, o poder de polícia é o meio pelo qual a administração se utiliza para **interferir na esfera privada** dos particulares, condicionando o exercício de atividades e direitos, bem como o gozo de bens, impedindo assim que **um particular** possa prejudicar o interesse de toda uma coletividade. **Assertiva correta.**

**22.** Nícolas, Analista do Ministério Público de Minas Gerais, estava lotado no setor de orçamentos e integrava a comissão responsável por aprovar as licitações do órgão. Nícolas, por ser muito amigo de Fabrício, dono de uma das concessionárias da *AE AUTOMÓVEIS*, que ficava a poucas quadras do Ministério Público, planejou em conversa particular, receber, dolosamente, vantagem econômica, consistente em parcelas mensais no valor de cinco mil reais, para facilitar a aquisição de bem móvel (automóveis) pela administração do

órgão por preço superior ao valor de mercado. O plano foi bem sucedido e, após se passarem três meses da conversa, Nicolas começou a receber as parcelas.

De acordo com a Lei nº 8.429/92, sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, Nicolas:

- a) Não praticou ato de improbidade administrativa, pois não houve prejuízo ao erário;
- b) Não praticou ato de improbidade administrativa, pois Nicolas cumpriu a aquisição dentro das diretrizes da legalidade, por meio de licitação solene;
- c) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente;
- d) Praticou ato de improbidade administrativa, sujeitando-se, dentre outras penas, à suspensão dos direitos políticos por até 14 (catorze) anos.

**Gabarito: D**

**Comentário:**

Nos termos do art. 9º da Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa importando em **enriquecimento ilícito** auferir, mediante a prática de ato **doloso**, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: II - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a **aquisição**, permuta ou locação de bem **móvel** ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por **preço superior ao valor de mercado**.

Por sua vez, o art. 12 prescreve que independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas

isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: I - na hipótese do art. 9º desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, **suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos**, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.

**23.** Rafael é Analista do Ministério Público de Minas Gerais, lotado na capital Belo Horizonte. Ele usa o carro oficial uma vez por semana para levar sua namorada ao Motel *Millennium Love*, no horário de almoço. Após os dois saírem do Motel, Rafael ainda deixa a namorada na porta da faculdade, que fica a 8 km de distância do seu posto de trabalho. Na situação em tela, pode-se afirmar que Rafael fere o princípio administrativo da:

- a) legalidade;
- b) razoabilidade;
- c) eficiência
- d) moralidade;

**Gabarito: D**

**Comentário:** O princípio da moralidade está previsto expressamente no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, impondo que agentes públicos e particulares que se relacionem com a Administração Pública atuem com honestidade, boa-fé e lealdade, respeitando a isonomia e demais preceitos éticos.

Portanto, levando-se em consideração que o veículo cedido a Rafael deve ser utilizado para fins profissionais, não restam dúvidas de que foi violado o princípio da moralidade, pois, ao utilizar um bem público em benefício próprio, Rafael está agindo de modo desleal e desonesto.

24. Camila, servidora do Departamento de Trânsito do Estado Minas Gerais, ao trafegar pelo centro de Belo Horizonte, na manhã do ano novo, verificou que alguns veículos automotores estavam estacionados em cima da calçada de maneira proibida e, além disso, incomodavam os habitantes da região com o som alto. Visando promover a tranquilidade dos cidadãos e a sua segura circulação, Camila determinou que os automóveis fossem rebocados.

No caso em tela, o ato de remoção do veículo tem embasamento específico e diretamente no atributo do ato administrativo da:

- a) Imperatividade, sendo necessária prévia notificação ao particular antes do ato de remoção;
- b) Autoexecutoriedade, que prescinde de prévia autorização judicial e de prévia notificação ao particular;
- c) Presunção de legitimidade, não se admitindo prova em contrário, tendo em vista que Camila é servidora pública;
- d) Presunção de veracidade, tendo em vista que prescinde de prévia autorização do Governador do Estado;

**Gabarito: B**

**Comentários:** A autoexecutoriedade é o atributo pelo qual a Administração Pública pode executar as suas próprias decisões, independente de autorização do Poder Judiciário.

Desse modo, o referido atributo garante à Administração Pública a possibilidade de ir além do que simplesmente impor um dever ao particular (consequência da imperatividade), mas também utilizar força direta e material no sentido de garantir que o ato administrativo seja executado.

25. Acerca dos contratos administrativos, nos moldes trazidos pela Lei 14.133/21, pode-se afirmar corretamente que:

- a) O prazo de convocação poderá ser prorrogado por 10 dias, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o

motivo apresentado seja aceito pela Administração.

- b) Será obrigatório à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas.
- c) Os contratos poderão ter sua vigência por prazo indeterminado nos contratos em que a administração seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio.
- d) A Administração Pública designará agente que ficará responsável pela respectiva fiscalização e que não poderá ser auxiliado por terceiros.

**Gabarito: C**

**Comentário:**

a) A informação correta é de que o prazo **poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período**, como explicita § 1º do art. 90: *“O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.”* **Assertiva incorreta.**

b) A alternativa faz uma afirmação falsa, pois o **certo é que será facultado à Administração**, como indica o § 2º do art. 90: *“Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor”.* **Assertiva incorreta.**

c) A Lei 14.133/21, em seu art. 109, afirma que **“a Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio**, desde que comprovada, a cada



exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação”.

**Assertiva correta.**

- d) O art. 117da Lei 14.133/21 dispõe que “a **execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato**, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição”. **Assertiva errada.**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Emerson Bruno*

**26.** É INCORRETO afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- a) o pluralismo político.
- b) os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa.
- c) a prevalência dos direitos humanos.
- d) a cidadania.

**Gabarito: C**

**Comentário:** “CF88 - Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

**27.** NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) Ministro da Justiça.
- c) Ministro de Estado da Defesa.
- d) Carreira Diplomática.

**Gabarito: B**

**Comentário:** “CF/88 - Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;
- III - de Presidente do Senado Federal;
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- V - da carreira diplomática;
- VI - de oficial das Forças Armadas.
- VII - de Ministro de Estado da Defesa.

**28.** “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de \_\_\_\_\_ dias, e aprovada por \_\_\_\_\_ dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- a) 10 – 1/2
- b) 10 – 2/3
- c) 15 – 1/2
- d) 15 – 2/3

**Gabarito: B**

**Comentário:** “CF/88 - Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: (...)”

29. Nos termos da Constituição da República, pode propor a ação declaratória de constitucionalidade:

- a) o Prefeito.
- b) o Procurador-Geral de Justiça.
- c) qualquer partido político.
- d) a mesa da câmara legislativa do distrito federal.

**Gabarito: D**

**Comentário:** “CF/88 - Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: (Redação dada pela EC nº 45, de 2004)

- I - o Presidente da República;
- II - a Mesa do Senado Federal;
- III - a Mesa da Câmara dos Deputados;
- IV a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; (Redação dada pela EC nº 45/2004)
- V o Governador de Estado ou do Distrito Federal; (Redação dada pela EC 45/2004)
- VI - o Procurador-Geral da República;
- VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;
- IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

30. Nos termos da Constituição, considerando que o município de Belo Horizonte/MG pretenda propor ação contra o Conselho Nacional do Ministério Público, a competência para julgamento e processamento do feito caberá à(ao):

- a) Justiça Federal.
- b) Justiça comum.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Superior Tribunal de Justiça.

**Gabarito: C**

**Comentário:** “CF/88 - Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

- I - processar e julgar, originariamente:
- r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;”

## ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

*Luciana Marinho e Elisabete Moreira*

31. Assinale a opção que indica o princípio orçamentário que estabelece que a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Além disso, que ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

- a) Princípio da Exclusividade
- b) Princípio do orçamento bruto
- c) Princípio da não afetação das receitas
- d) Princípio da Universalidade

**Gabarito: A**

**Comentário:**

A) **CERTO.** É exatamente o que está disposto no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, que estabelece que a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

B) **ERRADO.** O princípio do orçamento bruto está previsto pelo art. 6º da Lei no 4.320/ 1964, obriga registrarem-se receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

C) **ERRADO.** o princípio da não afetação de receitas de impostos veda vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal.

São exemplos de ressalvas estabelecidas pela própria Constituição as relacionadas à repartição do produto da arrecadação dos impostos aos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e Fundos de Participação dos Municípios (FPM), Fundos de Desenvolvimento das Regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), bem como à destinação de recursos para as áreas de saúde e educação, além do oferecimento de garantias às operações de crédito por antecipação de receitas.

D) **ERRADO**. O princípio da universalidade está estabelecido, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei no 4.320/ 1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**32.** Os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

Nesse sentido, assinale a opção que indica o princípio orçamentário, segundo o qual delimita o exercício financeiro-orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.

- a) da exclusividade
- b) da unidade
- c) da universalidade
- d) da anualidade

**Gabarito: D**

**Comentário:**

A) **ERRADO**. O Princípio da exclusividade está previsto no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar

e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

B) **ERRADO**. O Princípio da Unidade está previsto, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei no 4.320/1964, determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política

C) **ERRADO**. O Princípio da Universalidade está estabelecido, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei no 4.320/ 1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

D) **CORRETO**. O Princípio da Anualidade está estipulado, de forma literal, pelo caput do art. 2º da Lei no 4.320/1964, delimita o exercício financeiro-orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir. Inclusive, segundo o art. 34 da Lei nº 4.320/1964, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano

**33.** Assinale a alternativa de acordo com a Constituição Federal a respeito das leis orçamentárias.

- a) A lei que instituir **a lei de diretrizes orçamentárias** estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) O Poder Executivo publicará, até **sessenta** dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- c) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor

modificação nos projetos enquanto não iniciada a votação na Comissão mista.

- d) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

**Gabarito: D**

**Comentário:**

- A) **ERRADO.** Na verdade, conforme o §1º, Art. 165: A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- B) **ERRADO.** Segundo o §3º, Art. 165: O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- C) **ERRADO.** De acordo com §5º, Art. 166: O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- D) **CERTO.** É exatamente o que dispõe o §9º, Art. 166.

**34.** Assinale a alternativa de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a) dívida pública consolidada é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- b) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.

- c) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos doze anteriores, excluídas as duplicidades

- d) Até 60 dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

**Gabarito: B**

**Comentário:**

- A) **ERRADO.** De acordo com o Inciso I, Art. 29, LRF: dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- B) **CERTO.** É o que dispõe a literalidade do Art. 31 da LRF.
- C) **ERRADO.** Conforme o §3º, Art. 2º da LRF: A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
- D) **ERRADO.** De acordo com o Art. 8º, LRF: Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

**35.** Tendo por base a Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa correta quanto à despesa pública.

- a) É considerada obrigatória de caráter continuado uma despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício.
- b) É suficiente e necessário que os atos que criem ou aumentem despesa de caráter continuado

demonstrem a origem dos recursos para seu custeio.

- c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no ano em referência, adotando-se o regime de competência.
- d) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal"

**Gabarito: D**

**Comentário:**

A) **ERRADO.** De acordo com o Art. 17, LRF: Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período **superior a dois exercícios.**

B) **ERRADO.** Conforme o §1º, Art. 17, LRF, além de demonstrar a origem dos recursos para seu custeio, a despesa obrigatória de caráter continuado deverá ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

Portanto, apesar de ser necessária a demonstração da origem de recursos, ela ainda não é suficiente, tendo em vista que também é necessária a estimativa do impacto orçamentário disposto no inciso I, Art. 16, LRF.

C) **ERRADO.** Na verdade, segundo o §2º, Art. 18, LRF: A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada **no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores**, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.

D) **CERTO.** É o que dispõe o §1º do Art. 18, LRF.

## ADMINISTRAÇÃO GERAL

*Elisabete Moreira*

**36.** Entre os diferentes tipos de decisões tomadas no âmbito de uma organização, existem aquelas classificadas pela literatura como “não programadas”, aplicáveis a situações:

- a) vivenciadas no dia a dia da organização, mas que demandam, para sua solução, a adoção de um processo intuitivo.
- b) não rotineiras, cuja resolução não é viável com a mera utilização do acervo de soluções disponíveis na organização.
- c) que não comportam uma solução individual, demandando um processo coletivo de construção de consenso.
- d) de grande impacto, porém que comportam solução com base em procedimentos sistematizados e já utilizados no âmbito da organização.

**Gabarito: B**

**Comentário:**

- a) Errado. As decisões rotineiras, vivenciadas no dia a dia, são classificadas como programadas.
- b) Certo. As decisões não rotineiras, que não possuem uma solução pronta são consideradas não programadas.
- c) Errado, pois a alternativa descreve um processo de tomada de decisão consensual.
- d) Errado. Normalmente decisões de grande impacto são estratégicas e se estão baseadas em procedimentos sistematizados elas são programadas.

**37.** A estrutura retrata a distribuição de autoridade e responsabilidade no âmbito das organizações, diferenciando-as, entre outros aspectos, em razão do nível hierárquico em que as decisões são tomadas e do grau de concentração das decisões, classificadas como centralizadas ou descentralizadas. Com relação às vantagens de



uma organização descentralizada, assinale a alternativa correta.

- a) Aumenta a eficiência e a motivação.
- b) Aumenta a uniformidade nas decisões organizacionais.
- c) Aumenta o controle nas decisões organizacionais.
- d) Aumenta a motivação dos executivos locais.

**Gabarito: D**

**Comentário:**

- a) Errado. O aumento da eficiência é uma vantagem das estruturas centralizadas, que conseguem reduzir os custos.
- b) Errado. O aumento da uniformização e padronização é uma vantagem das estruturas centralizadas.
- c) Errado. O aumento do controle global é uma vantagem da centralização.
- d) Certo. Os gerentes locais e subordinados sentem-se mais valorizados pelo poder de decisão que lhes é atribuído e conseqüentemente aumenta a motivação.

**38.** O termo governança foi inserido na agenda pública no movimento da reforma do estado, tendo como um dos eixos centrais o conceito de *accountability*, bastante utilizado na literatura recente, apresentando distintos significados, ênfases e dimensões. Das afirmativas a seguir, marque a que não retrata adequadamente *accountability*.

- a) É o processo de informação contábil utilizado na entidade do terceiro setor.
- b) Inclui como atores os movimentos sociais, associações, ONG's e mídia.
- c) Permite o acompanhamento e verificação das políticas públicas, avaliando objetivos, processos e resultados.
- d) São tipos de *accountability* a política, a vertical, a horizontal e a societal.

**Gabarito: A**

**Comentário:**

- a) Certo. As informações contábeis fazem parte de um ferramental que permite a prestação de contas, mas não retrata o conceito de *accountability*, que é muito mais que isso, pois inclui a transparência de todos os atos de gestão que permitam a devida responsabilização.
- b) Errado. Esta assertiva retrata o conceito de *accountability* social, realizada por atores da sociedade civil organizada.
- c) Errado. O conceito de *accountability* está correto, pois a transparência permite o acompanhamento e a responsabilização na avaliação dos objetivos.
- d) Errado. Esses são tipos de *accountability* apontados pela doutrina.

**39.** Uma determinada área de controle interno de um órgão público estava esvaziada e os servidores que estavam lotados na área estavam desmotivados e pouco engajados. O gerente da área financeira foi realocado para atuar naquela área de controle, pois sua performance no trato com os servidores da área financeira gerou bons resultados. Nesse caso, a função administrativa precípua a ser desempenhada pelo gerente para a área de controle deveria ser:

- a) Dividir os recursos e as tarefas, bem como autoridade entre os membros.
- b) Planejar melhor os objetivos e as estratégias para alcançar os resultados desejados.
- c) Monitorar e Controlar os resultados alcançados pelos servidores.
- d) Direcionar as pessoas para o desenvolvimento de suas atividades.

**Gabarito: D**

**Comentário:**

- a) Errada, pois a divisão dos recursos e das tarefas, bem como autoridade entre os membros faz parte da função de organização, que não se relaciona ao problema relatado.

b) Errada. Planejar os objetivos e as estratégias para alcançar os objetivos faz parte da função de planejamento, que não se relaciona ao problema relatado.

c) Errada. Monitorar e controlar os resultados faz parte da função de controle.

d) Certa. Direcionar as pessoas para o desenvolvimento de suas atividades faz parte da função de Direção.

**40.** Em determinada organização, o administrador adota um estilo *laissez-faire*, pois possui subordinados competentes e dispostos. Nesse caso, a postura a ser adotada pelo líder será de:

a) Coordenação

b) Persuasão

c) Orientação

d) Delegação

**Gabarito: D**

**Comentário:**

a) Errado. Não é postura de um líder que possui subordinados competentes e dispostos.

b) Errado. A postura de persuasão é indicada quando o subordinado não é competente, mas é disposto.

c) Errado. Não é postura de um líder que possui subordinados competentes e dispostos.

d) Certo. O líder que delega é aquele que possui um subordinado competente e disposto.

**41.** A gestão de projetos requer múltiplas habilidades em razão da incerteza e dos riscos envolvidos. Considerando o tema, analise as alternativas que seguem.

I. O gerente responsável pela administração de um portfólio conduz uma parte menor de um projeto da empresa.

II. O gerenciamento de um projeto implica o estabelecimento de objetivos preciso, claros e alcançáveis, cujas entregas devem ser exatamente dentro do planejado.

III. A sequência de atividades programadas com o compromisso de fornecer um resultado padronizado deve ser um dos requisitos do projeto, pois é necessário um encadeamento lógico entre as diferentes etapas.

É correto o que consta APENAS em

a) I e III.

b) I.

c) I e II.

d) II.

**Gabarito: D**

**Comentário:**

I. Errado – o portfólio é formado de projetos ou programas que são gerenciados conjuntamente. Trata-se da visão macro e global do conjunto de projetos ou programas.

II. Certo – o projeto é conceituado exatamente como está na descrição do item. É um esforço temporário (finito), para criar algo exclusivo, único e singular.

III. Errado – o que diferencia um projeto de um processo é que o primeiro produz um resultado singular, único e exclusivo, ou seja, produz mudança e inovação. O processo, por sua vez, deve produzir resultados padronizados, visando à excelência.

**42.** Segundo a teoria da hierarquia das necessidades de Maslow, o atendimento de uma necessidade não motiva mais o comportamento, levando a pessoa a buscar uma necessidade no próximo nível. Nesse caso, uma pessoa que esteja buscando reconhecimento e autonomia está tentando satisfazer necessidades do tipo:

a) de segurança.

b) sociais.

c) de estima.

d) de autorrealização.

**Gabarito: C**

**Comentário:**

- a) Errado. As necessidades de segurança estão relacionadas à proteção, abrigo e segurança profissional ou pessoal.
- b) Errado. As necessidades sociais estão relacionadas ao amor, amizade, clima e ambiente bom e prazeroso de trabalhar.
- c) Certo. As necessidades de estima relacionam-se ao reconhecimento, prestígio e autonomia para o trabalho.
- e) Errado. As necessidades de autorrealização relacionam-se ao desenvolvimento pessoal e no trabalho.

**43.** A gestão de desempenho envolve um processo de planejar as metas, o acompanhamento por parte do gestor e a avaliação de desempenho. Por mais que o processo atenda a objetividade na mensuração, alguns vícios de julgamento apontam para a subjetividade dos sistemas de avaliação, a exemplo do efeito de tendência central, que significa:

- a) Basear-se em acontecimentos recentes, mantendo um julgamento central nos aspectos do passado.
- b) Julgar sob a impressão de uma qualidade, mantendo um julgamento central nos aspectos comportamentais.
- c) Levar em conta características pessoais, mantendo-se neutro acerca dos aspectos profissionais.
- d) Julgar todos os aspectos sem se posicionar positivamente ou negativamente.

**Gabarito: D****Comentário:**

- a) Errado. A primeira parte da assertiva retrata o efeito de recenticidade.
- b) Errado. A primeira parte da assertiva retrata o efeito halo.

- c) Errado. A primeira parte da assertiva retrata o efeito de tendenciosidade.
- d) Certo. A tendência central é o vício relacionado a não se posicionar claramente, mantendo uma avaliação central, “em cima do muro”, em todos os aspectos.

---

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

---

*Stefan Fantini*

**44.** No que concerne à governança, governabilidade, *accountability* e intermediação de interesses, julgue os itens a seguir.

I - A governança está relacionada à capacidade do governo de formular e implantar políticas públicas ao passo que a governabilidade está relacionada à capacidade política de governar e à legitimidade.

II - A *accountability* horizontal pressupõe uma ação entre desiguais. Como exemplo desse tipo de *accountability* pode-se citar a atuação dos Tribunais de Contas.

III - O corporativismo consiste em um tipo de sistema em que os agentes políticos concedem benefícios públicos em troca de apoio político.

Está correto o que se afirma em:

- a) III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e III, apenas.

**Gabarito: B****Comentário:**

A **primeira assertiva** está correta. A governança se refere à forma pela qual o Governo exerce o seu poder; ou ainda, a forma com que os recursos do Estado são gerenciados pelo Governo. Trata-se da capacidade do governo de formular e implantar políticas públicas.

A governabilidade, por sua vez, se refere às condições sistêmicas mais gerais por meio das quais se dá o exercício do poder em determinada

sociedade. Trata-se de um conceito associado à capacidade política de governar e à legitimidade.

A **segunda assertiva** está errada. É a **accountability vertical** que pressupõe uma ação entre desiguais. A **accountability vertical** ocorre quando os cidadãos controlam as ações dos governantes por meio do referendo, do plebiscito, do voto, ou então mediante o exercício do controle social.

A **accountability horizontal**, por sua vez, pressupõe uma ação entre iguais ou autônomos. A **accountability horizontal** ocorre por meio do controle e fiscalização mútua existente entre os poderes (sistema de freios e contrapesos), ou então entre os órgãos. Por exemplo: atuação dos Tribunais de Contas, das Controladorias-Gerais, do Ministério Público, etc.

A **terceira assertiva** está errada. A assertiva trouxe o conceito de **clientelismo**. O clientelismo consiste em uma forma de intermediação de interesses onde a elite / classe dominante (os “patrões”) que detém os cargos mais importantes da Administração Pública realizam “trocas de interesses” com os indivíduos que estão fora da elite (os “clientes”). Ou seja, cargos públicos e benefícios são “trocados” por apoio político. Agentes políticos buscam privilegiar certos indivíduos em troca de seus votos e de seu apoio. Trata-se da “troca de favores”.

O corporativismo, por sua vez, pode ser definido como um sistema de “representação” de interesses. Consiste em uma prática de organização social baseado em entidades representativas de interesses de determinadas categorias (tais como sindicatos e associações de classe).

Portanto, o gabarito é a letra B.

**45.** João das Neves, gerente de determinado departamento, enviou uma mensagem pelo e-mail empresarial da organização, informando aos seus subordinados acerca da data e o horário de uma reunião em que serão discutidas as novas metas da equipe.

Esse tipo de comunicação pode ser caracterizada como:

- a) formal e ascendente;
- b) formal e lateral;
- c) formal e descendente;
- d) informal e ascendente;

**Gabarito: C**

**Comentário:**

João das Neves utilizou o e-mail institucional da organização (**comunicação formal**) para enviar uma mensagem aos membros de sua equipe, ou seja, aos seus subordinados (**comunicação descendente** – de “cima para baixo”).

Portanto, o gabarito é a letra C.

**46.** Para o Guia PMBOK, projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único/exclusivo. Segundo o Guia, os principais tipos de Escritório de Gerenciamento de Projetos são:

- a) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, de Resultado.
- b) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Controle, de Organização, de Finalização.
- c) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, Diretivos.
- d) Escritório de Gerenciamento de Projetos Pequeno, Médio, Alto.

**Gabarito: C**

**Comentário:**

Segundo o Guia PMBOK, os principais tipos de escritório de gerenciamento de projetos são os seguintes (de acordo o grau de controle e influência que exercem nos projetos da organização):

**EGPs de suporte:** Os EGPs de suporte desempenham um papel consultivo nos projetos. Eles fornecem modelos, treinamento, práticas recomendadas, e acesso às informações e lições aprendidas em outros projetos. Este tipo de EGP atua como repositório de projetos.

O nível de controle fornecido pelo EGP de suporte é baixo.

**EGPs de controle.** Os EGPs de controle fornecem suporte e exigem a conformidade por várias formas diferentes. A conformidade pode envolver:

- Adoção de estruturas ou metodologias de gerenciamento de projetos;
- Utilização de ferramentas, formulários e modelos específicos; e
- Conformidade com as estruturas de governança.

O nível de controle exercido pelo EGP de controle é médio.

**EGPs Diretivos.** Os EGPs diretivos assumem o controle dos projetos através de um gerenciamento direto. O EGP Diretivo designa gerentes de projetos que ficam subordinados ao EGP.

O nível de controle fornecido pelo EGP diretivo é alto.

Portanto, o gabarito é a letra C.

**47.** De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), \_\_\_\_\_ se refere à qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema; ao passo que a \_\_\_\_\_ se refere à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

As palavras que preenchem corretamente as lacunas são, respectivamente:

- a) integridade; autenticidade
- b) integridade; disponibilidade
- c) autenticidade; primariedade
- d) autenticidade; integridade

**Gabarito: D**

**Comentário:**

De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), **autenticidade** se refere à qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida,

recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema; ao passo que a **integridade** se refere à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

Portanto, o gabarito é a letra D.

**48.** As políticas públicas que tendem a causar poucos conflitos, uma vez que, apesar de os benefícios serem concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade, os custos são “difusos” por toda a coletividade, são chamadas de

- a) políticas distributivas
- b) políticas de apoio
- c) políticas redistributivas
- d) políticas da sociedade

**Gabarito: A**

**Comentário:**

São nas políticas **distributivas** que os benefícios são concentrados apenas para alguns grupos de atores da sociedade, enquanto os custos são “difusos” (são divididos) por toda a coletividade (contribuintes). Essas políticas, geralmente, causam pouco conflito, uma vez que o “custo” é dividido por toda a coletividade (ou seja, os custos acabam sendo “baixos” e as pessoas acabam não “percebendo” esses custos).

As políticas redistributivas, por sua vez, têm por objetivo redistribuir rendas (ou seja, alterar o grau de “concentração” dos recursos), deslocando conscientemente recursos das classes mais abastadas financeiramente da sociedade para as classes menos abastadas da sociedade. Nesse tipo de política, os benefícios são concentrados em determinado grupo de atores da sociedade, enquanto os custos são concentrados em outro grupo de pessoas.

Portanto, o gabarito é a letra A.



**49.** No que concerne aos modelos de Administração Pública e gestão por resultados, julgue os itens a seguir.

I - Na década de 1930 começa uma mudança na forma de gestão do Estado brasileiro. O Estado amplia o seu papel e passa a intervir na produção de bens e serviços, o que exige a instituição de um modelo de gestão moderno e racional, conhecido como modelo gerencial.

II - A gestão por resultados na administração pública tem como fundamento básico a substituição dos procedimentos adotados pelo modelo burocrático de administração com vistas à implantação de um modelo gerencial, com foco na otimização dos processos de gestão. Dentre os princípios que norteiam a gestão por resultados na administração pública podem-se citar o caráter descentralizado da tomada de decisões e o foco nos processos de gestão.

III - O modelo de gestão patrimonialista caracteriza-se pela fusão entre as noções de soberania, pertencente à esfera pública, e patrimônio, concernente à esfera privada.

Está correto o que se afirma em:

- a) III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.

**Gabarito: A**

**Comentário:**

A **primeira assertiva** está errada. Trata-se do **modelo burocrático**. De acordo com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (1995), no Brasil, o modelo de **administração burocrática** emerge a partir dos anos 30. Surge no quadro da aceleração da industrialização brasileira, em que o Estado assume papel decisivo, intervindo pesadamente no setor produtivo de bens e serviços. A reforma de 1930 foi a primeira tentativa de implantar o modelo burocrático no Brasil.

A **segunda assertiva** está errada. Dentre os princípios norteadores de uma gestão por resultados podem-se citar o caráter descentralizado da tomada de decisões e o **foco nos resultados**. Na gestão por resultados o “controle dos meios” / controle passo a passo dos processos (característicos do modelo burocrático) perdem espaço e o foco passa a ser no “controle dos fins” (alcance dos resultados).

Na gestão por resultados o **foco está nos resultados** (e não nos “processos”).

A **terceira assertiva** está correta. Isso mesmo! No modelo patrimonialista há uma confusão entre a esfera pública e a esfera privada. Misturam-se as noções de soberania (pertencente à esfera pública) e patrimônio (concernente à esfera privada).

Portanto, o gabarito é a letra A.

**50.** A análise de políticas públicas utilizada quando os custos e os resultados das políticas públicas podem ser traduzidos em unidades monetárias é chamada de

- a) Análise Custo-Efetividade
- b) Análise Efetividade-Benefício
- c) Análise Custo-Benefício
- d) Análise Benefício-Efetividade

**Gabarito: C**

**Comentário:**

É a **Análise Custo-Benefício** (ACB) que é utilizada quando os custos e os resultados das políticas públicas podem ser traduzidos em unidades monetárias (dinheiro). Trata-se de uma análise quantitativa.

A Análise Custo-Efetividade (ACE), por sua vez, é utilizada quando os resultados (impactos) não podem ser aferidos monetariamente. Portanto, busca-se analisar os benefícios (impactos) dos programas ou projetos governamentais. Trata-se de uma análise qualitativa. Os custos, por outro lado, continuam podendo ser avaliados monetariamente. Portanto, o gabarito é a letra C.

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>